

RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: ¹ ***A cidadania como condição participante na construção da*** ***produção simbólica***

Luciane Lucas²
Tânia Hoff³

***Resumo:** A partir de uma experiência de empoderamento social, com vistas à criação de condições materiais e simbólicas de autonomia para um grupo minoritário, este artigo analisa a possibilidade política de um discurso de ruptura – entendendo-se resistência não mais como oposição explícita, mas como construção de novos sentidos nas entrelinhas do modelo de produção capitalista. Considerando a noção foucaultiana de linhas de fuga, discutimos em que medida o empoderamento discursivo – ou seja, a possibilidade de inferência na produção simbólica dominante – pode criar condições materiais de emancipação de minorias. Assim, propomos uma breve reflexão sobre o sentido contemporâneo de resistência, apresentando a comunicação como agente de transformação social capaz de conferir voz a grupos silenciados por sua condição sócio-econômica e política. O Projeto Carbono Social, desenvolvido pelo Instituto Ecológica, é uma experiência bem sucedida de empoderamento sócio-econômico de trabalhadores rurais.*

Palavras-chave: 1. empoderamento discursivo 2. emancipação social 3. resistência.

1. Autonomia simbólica: a comunicação como vetor de emancipação de minorias

Uma análise mais atenta das condições discursivas que integram o jogo de forças nas relações de poder já nos permite avaliar em que medida o desequilíbrio nos modos de expressão de indivíduos e grupos alimenta um modelo de constituição de sentido essencialmente viciado. Ou seja, a produção simbólica – terreno em que os sentidos são coletivamente construídos e legitimados – resulta, antes, da onipresença discursiva de modos de expressão dominantes, que vicejam ao lado de uma multidão de silenciados, simbolicamente excluídos da ordem econômica. Para entendermos como este fato interfere no desenho das estratégias de poder, convém antes explicitar que o termo ‘discurso’ aqui empregado - foucaultiano por excelência – refere-se ao modo de constituição de sentido nas inúmeras práticas sociais do cotidiano, ganhando “corpo em conjuntos técnicos, em

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Economia Política e Políticas da Comunicação”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

² Profa. Doutora do Programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM.

³ Profa. Doutora do Programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM .

instituições, em esquema de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão” (FOUCAULT, 1997, p. 12).

Este desequilíbrio não se restringe ao campo discursivo. Antes, e exatamente por evidenciar diferentes condições de intervenção simbólica na realidade cotidiana, remete às desiguais condições materiais de existência. Sem dúvida, há um conjunto inegável de efeitos sociais provenientes do modelo econômico e capitalista de competição, de modo que o contrato entre desiguais (SINGER, 2002), em si, já estabelece que “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (2002, p. 9). Como já advertira Bourdieu, as condições discursivas de resistência são limitadas pela posição que se ocupa na produção simbólica e, como tal, na ordem econômica. Ou seja, sem interferência nas condições materiais de produção não é possível alterar significativamente as condições discursivas de resistência.

Isso não significa, entretanto, que minorias excluídas pela lógica do capital não tenham seus modos próprios de construção de sentido e, por conseguinte, de interferência na produção simbólica dominante. Há uma resistência silenciosa que, de dentro da lógica do poder, inventa modos próprios de empregar os códigos sociais de uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1994, p. 39). Se existe uma arte de resistência - de que os atores sociais minoritários são agentes - ela é capaz de desarticular, no território da opinião pública, a legitimidade de uma série de discursos que funcionam como oxigênio imprescindível para os dispositivos de poder.

No âmbito de uma arte da resistência, agentes discursivos podem gerar fissuras na lógica dominante. Pode-se, por exemplo, recriar sentidos para os ícones da sociedade de consumo, a partir daquilo que Certeau designa ‘fabricação’ ou ‘poética’ que, em última análise, refere-se às “maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (p.39). Há, entretanto, um outro modo de constituir a resistência: desenhar linhas de fratura pelo empoderamento discursivo de minorias, apostando que este resgate da autonomia simbólica implique a constituição de novas linhas de força nos dispositivos de poder. A resistência, na sociedade contemporânea, tem um novo *modus operandi*: por baixo das linhas de poder e nos intestinos da lógica de produção capitalista novos regimes de força são constituídos, buscando, dentro do possível, interferir nos fenômenos de desigualdade e exclusão. Fenômenos, aliás, distintos, já que “a desigualdade é um fenômeno

socioeconômico’, enquanto “a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno da civilização” (SOUZA SANTOS, 2006, p. 260).

O empoderamento discursivo parece constituir-se como uma força social capaz de reduzir o fenômeno da exclusão, que, no dizer de Foucault, se insinua como “o lugar mais fundo da sujeição” (BRUNI, 2006, p. 35). Como fenômeno sócio-cultural, a exclusão habita as entrelinhas das práticas discursivas, sendo o silêncio sua maior evidência: “o silêncio dos sujeitados, silêncio que é a marca mais forte da impossibilidade de se considerar sujeito aquele a quem a fala é de antemão desfigurada ou negada” (BRUNI, 2006, p. 35).

Ampliar a condição discursiva de minorias não incide apenas sobre a questão da exclusão. É também ponto de partida para equilibrar a relação de forças entre dominantes e dominados e, como tal, diminuir a desigualdade que só fortalece a posição subalterna de certos grupos na ordem econômica. É preciso considerar, no entanto, que a mudança na condição discursiva depende do lugar que se ocupa no domínio econômico. Sendo assim, a arte da resistência, no âmbito de uma sociedade de controle, deve fomentar a seu modo as condições materiais de produção – e uma vez que tais condições existam, ampliam-se as condições de expressão dos grupos empoderados. A resistência alcança, assim, novos territórios: se imiscui nas entranhas do poder constituído e fala a língua do capital. Cria bases para que as minorias descubram suas vocações e, dentro da lógica de produção capitalista, possam ampliar sua condição discursiva e de interferência nos conteúdos que conformam a produção simbólica dominante.

É sobre uma destas experiências de empoderamento que este artigo trata. Tomando como ponto de partida o conceito de sustentabilidade social, este trabalho discute o desenvolvimento sustentável como mecanismo fomentador de cidadania, buscando evidenciar de que modo a comunicação como processo funciona como vetor de educação e, por tabela, de transformação social. O trabalho pretende mostrar que a comunicação – entendida essencialmente como construção de relações – pode suscitar o fortalecimento identitário e a consciência de cidadão no indivíduo, a partir do momento que fortalece sua autonomia simbólica e, como tal, sua condição de intervenção no mundo. A comunicação terá, portanto, substrato educativo à medida que empoderar indivíduos e grupos, estimulando-os à mudança de sua realidade pelo vislumbre de novas perspectivas – resultantes da autonomia simbólica a eles conferida.

O Projeto Carbono Social, que analisaremos, assim o mostra: a metodologia de empoderamento social adotada em um programa de créditos de carbono ilustra bem a possibilidade do relacionamento ong-comunidade constituir-se como fator decisivo para a descoberta de alternativas de fortalecimento da economia local e, por conseqüência, para as autonomias econômica e simbólica necessárias à condição de cidadania. Entenda-se por cidadania, aqui, a condição de autonomia do sujeito e de intervenção na construção da realidade de que faz parte.

Para desenhar o fio condutor desta reflexão, começaremos por discutir os conceitos de cidadania e sustentabilidade social, procurando mostrar em que medida a cidadania pode ser engendrada em função das condições materiais e simbólicas de grupos considerados minoritários. Só é possível falarmos em cidadania se há aumento da condição discursiva do sujeito. A cidadania, portanto, pressupõe que o indivíduo tenha condição de alterar sua realidade, de não ser mero espectador afetado pelo discurso dominante. A seguir, abordaremos esse conceito.

II - Cidadania como fator e produto de resistência: novas formas de inferência na construção de sentido

No cenário de grandes trocas econômicas, sociais e políticas do final do século XX, o conceito de cidadania tornou-se um dos termos chave do debate político-democrático. Por sua vez, a transformação desse conceito apresenta-se como um desafio frente a acontecimentos como a globalização que intensifica o deslocamento, seja físico-geográfico, de idéias e princípios ou de estilos de vida. A condição de “deslocado” parece um imperativo nessa “época líquido moderna” (BAUMAN, 2005, p. 18). Quando as fronteiras geográficas e culturais se diluem e quando até mesmo a centralidade do sujeito é questionada, o conceito de cidadania do mundo ocidental moderno fragiliza-se.

Contemporaneamente, à luz do Direito, podemos considerar os “direitos de primeira e segunda geração”, ou seja, os direitos civis, políticos e sociais que implicam sempre algum nível de atuação do Estado. Hoje, no entanto, surgem os chamados “direitos de terceira geração” (VIEIRA, 2005). Tais direitos “tem como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade. É o caso do direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito ao meio ambiente etc” (VIEIRA, 2005, p.2).

Nessa perspectiva, os direitos de terceira geração compreendem os direitos difusos, relativos aos novos movimentos sociais como os das minorias étnicas, das mulheres, do consumidor e do meio ambiente, por exemplo (VIEIRA, 2005). Observa-se, aqui, a extrapolação das fronteiras dos Estados nacionais em prol do planeta e da humanidade: não mais a nação, a exigência de adesão integral e fidelidade absoluta; não mais o espaço geográfico impondo-se como uma fronteira entre “nós” e “eles” (BAUMAN, 2005).

Os direitos de terceira geração reclamam questões que nascem como problemas “universais” e “mundiais”, como a preservação do meio ambiente que não pode mais ser pensada como algo localizado, circunscrita a um território específico, dadas suas implicações de âmbito global. Da mesma forma, problemas relativos à desigualdade social, recursos hídricos, desequilíbrios climáticos, pesquisas genéticas, dentre tantos outros, têm abrangência maior que as fronteiras nacionais e conclamam as forças internacionais ou transnacionais para agir na busca de soluções, quer por sua urgência e gravidade quer pela potencial ameaça ao planeta ou à humanidade. Nesse contexto, podemos falar de cidadania planetária ou mundial.

A cidadania mundial necessita, para desenvolver-se, de condições encontráveis no Estado democrático: espaço de negociação para os mais distintos grupos sociais, abertura para criação de novos direitos, constante reatualização da invenção democrática. O Brasil ainda não vive a Democracia: os índices de desemprego, analfabetismo funcional, má distribuição de renda, dentre tantos outros, revelam-no como um país em processo de democratização⁴, isto é, “processo histórico, social e político, através do qual as instituições, as organizações, os grupos, movimentos etc. concretizam e plasmam na prática o valor democracia” (SACAVINO, 2003, p. 37).

Quando mencionamos que as condições para a promoção da cidadania estão atreladas às condições da democracia, pautamos nossas reflexões nas noções de justiça e liberdade, princípios democráticos que, embora em nossa sociedade se apresentem associados e muitas vezes até confundidos com os de mercado, não são da mesma natureza. Consideramos haver uma anterioridade dos princípios democráticos aos mercadológicos, de

⁴ A partir dos anos 1980, depois de consolidada a passagem do governo ditatorial militar, o processo de democratização do Brasil se evidencia principalmente na defesa de uma educação para cidadania que visava à conscientização dos direitos civis e sociais pela via da prática marxista. Lembre-se, aqui, dos Movimentos de Educação Popular e da Teologia da Libertação.

modo que se as realidades local e mundial tendem às economias de mercado, então que os grupos minoritários sejam empoderados e construam suas práticas discursivas para atuar em condições de igualdade senão econômica, pelo menos discursiva, nas dinâmicas sociais e de mercado.

Este empoderamento, diretamente relacionado à condição de cidadania, pressupõe, no entanto, participação na produção simbólica. E sempre que falamos em produção simbólica, o que estamos colocando em discussão é o modelo social de constituição de sentido – ou seja, o modo pelo qual o sentido é coletivamente construído. Este modelo social da produção simbólica, por sua vez, sofre freqüentes mutações conforme a composição e a dinâmica de forças, o que nos remete à idéia de que “é a luta, o combate, o resultado do combate (...) que vão dar lugar ao conhecimento” (FOUCAULT, 1999, p. 17) – ou seja, ao conjunto de estruturas de saber e poder legitimadas em um determinado contexto social. Isto significa que, embora não se possa desconsiderar a força dos grupos sociais de interferir nestes atributos de valor que balizam a cultura contemporânea, ela é sempre produto de um embate de forças, em que as condições de expressão e interferência de certos grupos é visivelmente mais frágil, considerando seu acesso ao cerne das estruturas de saber e poder.

Sendo as condições discursivas e de influência na produção simbólica estabelecidas pela posição de indivíduos e grupos na ordem econômica (BOURDIEU, 1998), não nos surpreende que a questão da cidadania passe pela condição de protagonismo na definição dos contornos deste modelo social de constituição de sentido. É preciso considerar que há inter-relações inequívocas entre as condições discursiva e econômica, de modo que quanto maior a posição de destaque na ordem econômica, maior a condição de interferir nos valores em curso. O grande desafio passa a ser, portanto, saber como é que se amplia (pela via do discurso) o trânsito de certas minorias pelos códigos sociais, assim como sua condição de interferência na própria realidade.

Assim, condição discursiva, produção simbólica e cidadania são expressões que se complementam. Se a condição discursiva é um critério fundamental para que grupos ou indivíduos integrem a produção simbólica, a cidadania, por sua vez, implica que tais agentes participem desta tessitura social de valores. Convém observar, entretanto, que a posição dos agentes sociais nesta tessitura é desigual e está relacionada, em parte, à sua condição de influência nas próprias relações sociais e de produção - condição de influência que se dá,

inicialmente, no âmbito do discurso⁵, que é onde a disputa de sentido ocorre e onde os parâmetros sociais e culturais se estabelecem. Conforme nos lembra Foucault, “nenhum poder se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber (...) não [havendo] o conhecimento de um lado e a sociedade do outro, mas as formas fundamentais do ‘poder-saber’” Neste sentido, podemos concluir que a cidadania, na condição de categoria sócio-política, esbarra na produção simbólica na exata proporção em que o discurso, em si, constitui objeto de luta (FOUCAULT, 1999). Deste modo, só é possível falar em cidadania se há aumento do espaço discursivo – ou seja, de um espaço que permita aos indivíduos e grupos participarem da constituição desta trama simbólica social.

III. A comunicação como agente de transformação social: do empoderamento discursivo às condições materiais de emancipação

Na sociedade contemporânea há uma relação direta entre a condição sócio-política de cidadania e a perspectiva de sustentabilidade sócio-cultural. Governos, empresas e ongs deveriam prestar cada vez mais atenção a esta relação causal, de modo a perceberem com maior nitidez sua responsabilidade na configuração de certos cenários sociais.

O conceito de sustentabilidade implica redução de impactos no meio ambiente, mas também compromisso com as condições sociais inerentes ao cenário em que a produção se realiza. Estamos falando, portanto, de questões que vão das condições materiais de produção, relativas ao mundo do trabalho, aos impactos sociais e econômicos em comunidades cujo poder de afirmação se encontra simbolicamente comprometido. Surge, neste âmbito, um outro conceito que é o de sustentabilidade sócio-cultural – calcado, antes de mais nada, na redução daqueles impactos que redundam em desigualdades sociais ou que colocam em risco valores e práticas sociais de comunidades afetadas por modelos de produção e consumo. Neste sentido, a sustentabilidade sócio-cultural pressupõe cuidado com as condições de interferência na lógica sócio-econômica e cultural de populações tradicionais (índios e quilombolas) e de comunidades locais (colonos, pequenos produtores e ribeirinhos).

Numa perspectiva de transformação social, a sustentabilidade sócio-cultural implica não só valorização de competências e vocações, como também uma aposta no fortalecimento

⁵ Usamos o termo discurso no sentido foucaultiano, significando, em última análise, a expressão implícita das práticas sociais, espécie de entrelinha das relações sociais e de produção.

das raízes culturais e das economias locais – por meio de investimentos na agricultura familiar e em novos usos para os produtos da floresta, para citar algumas possibilidades.

As ongs, neste caso, têm desempenhado um importante papel, já que muitas estruturam programas cuja metodologia pressupõe empoderamento social de minorias simbólicas. No Brasil, por exemplo, inúmeras iniciativas demonstram o poder educativo e transformador das ongs, ajudando a reverter quadros agudos de fragilidade sócio-econômica de certos grupos, calcada em um modelo econômico essencialmente predatório e gerador de pobreza. O trabalho de algumas ongs, comprometidas com os direitos de comunidades tradicionais (povos da floresta, quilombolas, índios, caiçaras), contribuiu não só para reduzir a fragilidade sócio-cultural e econômica destes grupos, como também para transformá-los em agentes protetores da biodiversidade, a partir do estímulo ao uso racional dos recursos naturais e biológicos.

Com suas ações microbianas de transformação da realidade por baixo das estruturas de poder, calcadas em processos comunicacionais, ongs como ISA (Instituto Socioambiental), FASE e Instituto Ecológica vêm conseguindo reverter hábitos predatórios e valorizar conhecimentos tradicionais. Se o modelo de crescimento compromete, muitas vezes, a diversidade biológica (expansão de monoculturas, desmatamentos, intervenção em biomas), o trabalho educativo destas ongs, partindo de uma comunicação permanente com as comunidades, tem criado um mecanismo de resistência dentro do sistema, transformando grupos minoritários em estimuladores da biodiversidade e de um modelo alternativo, calcado no fortalecimento das economias locais. Assim, pelas mãos de ongs, surgem inúmeras iniciativas que apontam para a busca da tal propalada sustentabilidade social: de casas de sementes comunitárias, que favorecem o intercâmbio de variedades biológicas e garantem plantio em época de seca a projetos agroflorestais, sem contar com as operações de manejo comunitário de recursos da floresta (Leroy, Pacheco in Capobianco et al., 2004, p. 261-262).

Há inúmeras iniciativas que ilustram este trabalho de mudança liderado pelas ongs. É o caso, por exemplo, da Campanha 'Y Ikatu Xingu, do ISA, cujo objetivo era conter o cenário de destruição às margens do Rio Xingu, no Mato Grosso, por conta das queimadas e do avanço da soja e da pecuária na região, comprometendo matas ciliares e nascentes do rio e, conseqüentemente, a biodiversidade de dois biomas (cerrado e floresta amazônica). Inovando na proposição de fazer as diferenças conversarem, o ISA, em um encontro histórico, reuniu atores sociais diversos – índios, pesquisadores, produtores rurais,

autoridades, movimentos sociais – em busca de soluções para um problema que afetava a cada grupo de uma maneira diversa. A metodologia empregada – a de buscar o que há de comum nas diferenças – teve outro aspecto diretamente relacionado às discussões sobre cidadania: a ampliação da autonomia discursiva de atores minoritários (índios e pequenos produtores, por exemplo), cujas contribuições foram fundamentais para um plano de trabalho voltado para a mudança de cenário.

Outro exemplo relevante, agora de estímulo aos sistemas agroflorestais, é o trabalho que o Instituto de Pesquisas Ecológicas vem fazendo com os produtores rurais do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste de São Paulo, estimulando a produção e comercialização de buchas vegetais sem agrotóxicos, também chamadas de ecobuchas⁶. Já no que diz respeito às operações de manejo sustentável, podemos citar o trabalho de WWF, em reservas florestais no Acre, Rondônia e Amapá, estimulando o fortalecimento econômico local a partir de métodos sustentáveis de extração de borracha, madeira e sementes.

Todas estas formas de emponderamento social estão alicerçadas em um amplo e complexo trabalho de comunicação – entendendo-se comunicação não como um conjunto de ferramentas, mas como o próprio processo de interação. Neste caso, a gestão de processos comunicacionais não se refere apenas ao relacionamento ong-comunidade, mas estende-se aos demais atores sociais que dificultam ou concorrem para a sustentabilidade sócio-cultural destes grupos, tais como governo, empresas, sindicatos, órgãos de fomento e movimentos sociais diversos. Em termos gerais, é esta dinâmica relacional permanente - gerenciando conflitos, estimulando mudanças na percepção destes grupos, ampliando o compartilhamento de experiências - que faz da comunicação um processo transformador.

IV. Carbono Social: a sustentabilidade sócio-política como forma de resistência

Destaquemos a experiência do Instituto Ecológica⁷, com o projeto Carbono Social, exatamente por constituir evidência desta comunicação implícita, capaz de fomentar

⁶ Disponível no site do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Ver: http://www.ipe.org.br/html/noticia_4.htm

⁷ As autoras não pertencem às ONGs que comentam neste artigo. Analisam, em especial, a metodologia de abordagem desenvolvida pelo Instituto Ecológica junto a comunidades do entorno da Ilha do Bananal por se tratar de um caso inovador e exemplar: associar projeto de seqüestro de carbono com desenvolvimento sustentável, pela via da educação.

mudanças de comportamento em relação ao quadro de desintegração ambiental – que amplia a situação de risco social de muitos grupos – criando, ao mesmo tempo, condições para a sustentabilidade sócio-cultural de minorias simbólicas.

Desenvolvido junto aos assentamentos nos municípios de Caseara, Puim e Lagoa da Confusão, todos no entorno da Ilha do Bananal (TO), o projeto Carbono Social surgiu da percepção de um quadro de degradação ambiental na região, sendo comum a prática de queimar e cortar árvores. Como agravamento do problema havia uma desarticulação social oriunda da desocupação da área da ilha do Bananal – transformada em dois parques nacionais – e o reassentamento compulsório dos seus antigos moradores nos municípios do entorno. A oportunidade identificada pelo Instituto Ecológica e que constitui o grande diferencial foi a aposta no empoderamento social destas comunidades a partir de um projeto de seqüestro de carbono – que buscava reduzir reduzir emissões dos gases do efeito estufa de acordo com a realidade da periferia da Ilha do Bananal.

Entre os benefícios sociais trazidos pelo projeto encontramos “a implementação dos sistemas agroflorestais, a diminuição do número de queimadas e a geração de emprego e renda com base em produtos naturais regionais” (REZENDE, MERLIN, 2003, p. 22). O Projeto Carbono Social exemplifica bem o trabalho de uma organização não-governamental, ao buscar, pela via da educação, construir condições para a cidadania.

A metodologia desenvolvida pelo Instituto ecológica no Projeto Carbono Social se construiu a partir das premissas educativas de transformação da percepção da realidade e da ação/intervenção no mundo. O que há de mais relevante nessa metodologia é a forma de promover a “transformação”: trata-se de um movimento de dentro para fora, em que as comunidades foram instadas a rever seus conhecimentos sobre si mesmas e encontrarem formas de atuação a partir de suas condições, sem a imposição de soluções prontas. O Instituto Ecológica não desenvolveu sozinho a solução para os problemas das comunidades com as quais trabalhou. Antes, promoveu discussões e cursos junto às comunidades, orientando como elaborar, desenvolver e realizar as idéias nascidas das vocações e possibilidades da comunidades e manteve como princípio de atuação uma atitude de acompanhamento e não de intervenção nos projetos desenvolvidos pelas comunidades.

A metodologia do Carbono Social se caracterizou, desde o início, por um trabalho minucioso de conhecimento e interação com as comunidades – trabalho que começou com o levantamento dos problemas da região, a partir da coleta de dados estatísticos e de métodos

participativos dentro de um trabalho de campo. De posse de um primeiro diagnóstico, foi montado um quadro contendo os recursos disponíveis – naturais, sociais, humanos, financeiros, de biodiversidade e carbono (retorno de projetos de tipo MDL, por exemplo) – bem como os serviços dos trabalhadores assentados (REZENDE, STEFANO, p. 92). Note-se que só após este diagnóstico, do qual participam as comunidades, têm início um trabalho educativo, pautado pela valorização de competências e comprometido com o fortalecimento sócio-econômico e cultural por meio de projetos de renda diversos - colheita de sementes, viveiros de mudas, sistemas agroflorestais.

Em sua abordagem, o Carbono Social apresenta inúmeras particularidades que vale a pena enumerar considerando sua condição de empoderamento social. O primeiro aspecto diferenciador reside na **prioridade conferida ao diálogo** e às transformações por meio desta inserção do outro na construção de suas próprias soluções. Partindo das experiências de mundo dos envolvidos, o Carbono Social, por exemplo, possibilitou a criação da cartilha *Aprendendo com a natureza* - resultado de uma proposta participativa que envolveu mais de trezentos professores (REZENDE, MERLIN, 2003, p.53). A cartilha passou a ser utilizada nas escolas e como material escolar traz para um lugar de poder e respeitabilidade o saber e as práticas locais. A representação que os habitantes das comunidades fazem de si mesmos é alterada. Podemos dizer que a cartilha confere voz aos grupos minoritários envolvidos o que, de algum modo, pode afetar suas práticas discursivas. Do mesmo modo, o Carbono Social também desenvolveu capacitações voltadas para a saúde familiar por meio do uso de fitoterápicos, promovendo o resgate de conhecimento popular (REZENDE E MERLIN, 2003, p.53). Tal iniciativa abriu oportunidades junto às famílias que participam do projeto de desenvolver um viveiro de plantas medicinais com o objetivo de construir uma pequena fábrica. Cursos de elaboração de projetos foram desenvolvidos para as pessoas solicitarem recursos de diferentes órgãos em benefício da comunidade.

O segundo aspecto diferenciador do Carbono Social está na **promoção do conhecimento local** – o Instituto Ecológica não só valorizou o conhecimento empírico das comunidades e promoveu novas práticas, menos predatórias, como compartilhou o desenvolvimento de ações com os envolvidos, fossem elas bem ou mal sucedidas, ou seja, jamais tomou o lugar de quem sabe e dita regras.

Um terceiro aspecto que merece atenção refere-se à **transformação nas representações sociais da vida local**. A mudança do imaginário de floresta e de meio

ambiente revela uma nova percepção da realidade. A floresta, conforme relatam os participantes do projeto, era considerada algo hostil e ameaçador à sobrevivência, o que justificava práticas predatórias como o desmatamento e as queimadas. Representada no imaginário social como um elemento invasor, a floresta, apesar da diversidade de plantas e de animais, não era valorizada como uma possível fonte de renda. Há uma razão histórica para o fato, com raízes profundas na permanência do imaginário da colonização: nos textos da chamada literatura de viagem encontram-se recorrentemente passagens que dão testemunho da exuberância e capacidade de crescimento da floresta tropical brasileira. Já no século XX, com o estímulo inicialmente às fazendas de café, depois ao desenvolvimento da agropecuária e por fim à industrialização, observa-se uma crescente desvalorização da natureza considerada um impedimento para a chegada do desenvolvimento. Um dos pontos fundamentais do Carbono Social é que ele coloca em xeque esta idéia equivocada de que a floresta rivaliza com o crescimento.

O quarto aspecto diferenciador diz respeito ao **desenvolvimento da sustentabilidade sociocultural**, em que percebemos a valorização da autonomia das comunidades de Pium, Caseara e Lagoa da Confusão. A partir da identificação de novos modos de interação com a floresta em pé, estas comunidades descobrem alternativas de renda até então ignoradas, como a coleta e o beneficiamento de sementes, depois compradas pelos técnicos do Instituto Ecológica para os viveiros comunitários – que, por sua vez, originam as mudas utilizadas nos sistemas agroflorestais.

De todos os aspectos até então ressaltados, convém lembrar aquele que torna o projeto Carbono Social uma iniciativa brasileira de destaque no que diz respeito às interações possíveis entre comunicação, educação e cidadania. Basta considerar que este projeto propõe uma metodologia diferenciada em relação aos projetos de carbono de que se tem notícia – nele, o seqüestro de carbono aparece atrelado a um resultado social, com a criação de novos valores.

O trabalho com as comunidades funcionou como vetor educativo para a relação com o meio ambiente. Por sua vez, o modo pelo qual este novo valor foi “instalado” na comunidade – descobrindo-se antes suas vocações e possíveis áreas de interesse – gerou condições de autonomia para os grupos do entorno da ilha do Bananal. Desta forma, podemos dizer que se a chave da cidadania é o empoderamento social, o exercício contínuo de autonomia social desenvolvido pelo Instituto Ecológica funcionou como alavanca indiscutível da

cidadania. A comunicação, na condição de processo de construção de relacionamentos, aparece, aqui, como vetor de educação e agente de transformação social, à medida que gera autonomia para os grupos, aumento de seu espaço discursivo e fortalecimento identitário.

Considerações finais

A chave da cidadania não parece estar, como muitos autores afirmam, na inclusão pelo consumo, mas parece situar-se ainda nas condições materiais e simbólicas relativas ao mundo do trabalho e da produção. Embora, nas palavras de Foucault, “poder e saber não [estejam] ligados um ao outro pelo simples jogo dos interesses ou das ideologias” (p. 19), são os valores que remontam às condições desiguais de produção e de utilização da terra que evidenciam muitos dos fundamentos desta dinâmica de forças de que falamos ao longo deste trabalho.

A base para a cidadania está no empoderamento social, ou seja, no desenvolvimento de soluções que transformem minorias simbólicas em agentes discursivos, capazes de produzir ‘linhas de fratura’ nos valores dominantes e nas condições de transformação de sua própria realidade material. Este empoderamento, por sua vez, se dá, em geral, em um ambiente propício à escuta ativa, o que só é possível quando a comunicação se desenha como processo, como relação com a alteridade.

O Projeto Carbono Social mostra, na prática, como mudanças de hábito são possíveis quando o processo da comunicação estimula transformações nas relações sociais e de produção no lugar de representações cristalizadas da alteridade. Ao articular a sociedade civil e representar ideais de empoderamento social, as ongs aparecem na linha de frente deste trabalho de inserção de minorias na tessitura dos códigos sociais que integram a produção simbólica. Os assentamentos de Caseara, Puim e Lagoa da Confusão constituíram novos modos de fazer, menos impactantes do ponto de vista ambiental e estimuladas por meio de uma relação diferenciada entre ong e comunidade. Note-se que a transformação social pressupõe não cristalizar uma concepção do outro – deste outro que julgamos fragilizado –, engessando percepções e representações como se ele não sofresse mudanças em seus valores e na própria constituição da identidade.

A ortopedização do outro em função de interesses que lhe são exteriores pode gerar indivíduos dóceis, mas jamais empoderados. E muitas campanhas educativas, cuja finalidade

última é a de mudança de comportamento, segue esta cartilha. Esta distorção imagética da alteridade encontra raízes nas práticas de saber e poder intrínsecas à discursificação do outro – indicadores da precária condição discursiva destas minorias. A educação pode ser a chave para a mudança de cenário, mas cabe discutirmos, antes, de que modelo de educação estamos falando, já que “nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder” (p. 19). Ao fraturar linhas de força, próprias da violência simbólica sofrida por certos agentes sociais, a educação funciona, ao contrário, como pedra de toque para a conquista da cidadania como marcador sócio-político. Uma boa forma de gerar tais fraturas no modelo social e de empoderar minorias, pela via da educação, é o fomento das novas competências. A cidadania, por sua vez, será resultante exatamente desta competência discursiva desenvolvida – entendendo aqui por discurso a condição dada ao sujeito e aos grupos sociais de construir e intervir em sua própria realidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt (2005). **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1999). **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P. (1998). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRUNI, José Carlos (2006). Foucault: o silêncio dos sujeitos. In: SCAVONE, Lucila et al. (org) **O Legado de Foucault**. São Paulo: UNESP, 2006.
- CANDAUI, Vera, SAVACAVINO, Susana (org.) et al. (2003). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A.
- CERTEAU, Michel de (1994). **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis; Vozes.
- DELEUZE, Gilles (1992). **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- FOUCAULT, Michel (1999) **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro, Zahar.
- FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER (2002). **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21: guia para sociedade civil, municípios e empresas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
- LEROY, Jean-Pierre & PACHECO, Ma. Emília Lisboa. Como fazer com que o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade brasileira seja feito de forma ambientalmente sustentável e seus benefícios repartidos de forma socialmente justa? In: CAMARGO, Aspásia et al. (orgs.). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. São Paulo: ISA, 2004.
- REZENDE, Divaldo, et al. (2003). **Carbono Social: agregando valores ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: Instituto Ecológica.
- SOUZA SANTOS, Boaventura (2006). **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, Liszt. **Direito, cidadania, Democracia: uma reflexão crítica**. Disponível em “http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev09_listz.html”. Consultado em [25/10/2006].